



ACÓRDÃO Nº799/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11937/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/Tabatinga.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Valdiney da Silva dos Santos (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI, DICOP, DEAE.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2076/2022-DIMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/Tabatinga. Exercício de 2019.

Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n.º 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual, exercício de 2019, do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - FUNDEB/Tabatinga, de responsabilidade do **Sr. Valdiney da Silva dos Santos**, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da CRFB/88, c/c o art. 1º, II; art. 22, II, e art. 24, todos da Lei Estadual nº 2423/96, c/c o art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/02-TCE/AM;
- 10.2. **Aplicar multa** ao Sr. **Valdiney da Silva dos Santos**, no valor de **R\$1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), nos termos do art. 54, VII, da Lei Orgânica do TCE/AM, Lei n.º 2.423/1996, c/c o art. 308, VII, do Regimento Interno do TCE/AM, Resolução n.º 04/2002, em virtude de impropriedades que não foram sanadas durante a instrução processual, consoante fundamentação do voto. O valor dessa multa deverá ser recolhido **no prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.



ACÓRDÃO Nº799/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo.

10.3. Recomendar ao atual gestor do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/Tabatinga que:

a) Adote rigorosa observação e o efetivo cumprimento do exposto no art. 94, da Lei nº 4.320/64, quanto o efetivo registros analíticos dos bens de caráter permanente adquirido no exercício, bem como, os adquiridos em exercícios anteriores, com a indicação de elementos necessários para perfeita caracterização de cada um deles e agentes responsáveis pela sua guarda e administração.

b) Observe e cumpra a determinação estabelecida no §8º, do art. 15, da Lei de Licitação e Contratos Administrativos nº 8.666/93.

c) Implante controle específico de almoxarifado, com registro contínuo e permanente de controle de entrada e saída dos materiais existentes, com emissão de relatórios mensais e ao final do exercício de forma física ou informatizada, nos termos do art. 95, da Lei nº 4.320/64.

10.4. Recomendar ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação - Fundeb/Tabatinga que, no tocante às metas do PNE, que adote todas as medidas e ações sugeridas pelo DEAE nos itens 101.1 a 101.19 de seu Relatório de Desempenho nº 01/2022-DEAE, fls. 1.241/1.27, devendo o aludido Relatório e seus anexos serem encaminhados ao atual gestor do Fundeb/Tabatinga, juntamente ao Ofício de ciência da decisão.

10.5. Determinar às comissões de inspeção vindouras deste Tribunal que:

a) verifiquem se o Município de Tabatinga adotou medidas necessárias para fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com fluxo escolar e de aprendizagem de modo a atingir a média nacional para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- IDEB, previsto na Meta 7 do Anexo das Metas e Estratégias do Plano Nacional de Educação-PNE, contido na Lei 13.005/2014;



ACÓRDÃO Nº799/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

b) Atestem o efetivo cumprimento do art. 94 da Lei Federal nº 4.320/64, relacionados aos bens móveis adquiridos no exercício fiscalizado e de exercícios anteriores

10.6. Dar ciência ao responsável, Sr. **Valdiney da Silva dos Santos**, e ao atual gestor do Fundeb/Tabatinga, dos termos do julgado, enviando-lhe cópias do Acórdão, do Relatório/Voto e, quanto a este último, do Relatório de Desempenho nº 01/2022 – DEAE e seus anexos.

11- Ata: 19ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 31 de maio de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Luis Fabian Pereira Barbosa.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral